

Victor Garcia



O DIREITO
ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR

E A
**PRESERVAÇÃO
DA EMPRESA**

VICTOR GARCIA

FORUM

**O DIREITO
ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR
E A PRESERVAÇÃO
DA EMPRESA**

Este livro propõe uma reflexão sobre os impactos do Direito Administrativo Sancionador na atividade empresarial. Ao analisar os efeitos sociais e econômicos da aplicação desproporcional de sanções a sociedades empresárias, o autor formula uma tese: é possível e necessário compatibilidade do poder sancionador do Estado com a preservação da empresa enquanto unidade produtiva que realiza funções sociais relevantes. Partindo de uma construção teórica e leitura do ordenamento jurídico brasileiro, o livro defende a incorporação do princípio da preservação da empresa como vetor limitador das sanções administrativas, em sintonia com os fundamentos constitucionais da ordem econômica e os ideais de proporcionalidade e racionalidade sancionatória. O trabalho é voltado aos profissionais do Direito e a todos aqueles que se dedicam ao estudo da responsabilização das pessoas jurídicas.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins do livro

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

Palavras-chave

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.
PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.
ANTICORRUPÇÃO. IMPROBIDADE.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 4426

G216d

Garcia, Victor

O direito administrativo sancionador e a preservação da empresa / Victor Garcia. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

116 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0962-7

ISBN digital 978-85-450-0959-7

1. Direito administrativo sancionador. 2. Preservação da empresa. 3. Anticorrupção. 4. Improbidade. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Victor Garcia é Advogado. Mestre em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e Graduado em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
-------------------	---

PARTE I

CAPÍTULO 1 A RELEVÂNCIA E ATUALIDADE DO TRABALHO – UM PANORAMA FÁTICO	13
CAPÍTULO 2 O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E A IMPORTÂNCIA DE UMA PRINCIPIOLOGIA	19
CAPÍTULO 3 O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E SUA APLICAÇÃO AO DIREITO.....	25
CAPÍTULO 4 PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E SUA APLICAÇÃO LIMITADORA NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	33
CAPÍTULO 5 ANOTAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE UM PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA APLICÁVEL AO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	41

PARTE II

CAPÍTULO 1 A IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DE UM REGIME DE CULPABILIDADE PRÓPRIO DAS PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR POSITIVADO	47
1.1 A preservação da empresa e a positivação de um regime próprio de culpabilidade da pessoa jurídica.....	62
CAPÍTULO 2 A SANÇÃO DE ALIENAÇÃO COMPULSÓRIA DO CONTROLE COMO ALTERNATIVA REALIZADORA DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.....	65
2.1 Introdução e definição do regramento punitivo de direito administrativo sancionador aplicável às pessoas jurídicas utilizado como recorte exemplificativo da pesquisa.....	65
2.1.1 A dissolução compulsória da pessoa jurídica e a suspensão ou interdição parcial de suas atividades analisadas sob a égide da preservação da empresa.....	73
2.2 A alienação do controle societário como mitigação dos custos sociais.....	81
2.3 Breves notas sobre um desenho normativo da sanção de alienação compulsória do controle e seu procedimento	89
CAPÍTULO 3 A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS DE <i>SELF-CLEANING</i> NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	93
3.1 Introdução ao capítulo e delimitação do recorte normativo utilizado.....	93

3.2	A proposição de um novo paradigma de reabilitação da pessoa jurídica no direito punitivo à luz da preservação da empresa	96
3.3	As necessárias alterações normativas para implementação das medidas de <i>self-cleaning</i> (autossaneamento)	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS		107
REFERÊNCIAS.....		111